

Boletim Internacional



Ano VI nº 03 30.01.2007

FSM : Mobilização mundial em 2008

Assembléia reforçou críticas à organização local do FSM em função do caráter "excludente e capitalista" do evento, mas também apresentou a agenda das principais propostas de mobilização para 2007 e 2008, quando não haverá Fórum.

VII Fórum Social Mundial 2007

O Fórum Social Mundial no Quênia terminou de fato nesta quarta (24), com um grande esforço de sistematização e articulação de ações a partir dos debates ocorridos nos últimos três dias, nos cerca de 1200 seminários, oficinas e conferências do evento. Dividida em 21 temas, como água, paz e guerra, habitação, mulheres, trabalho, migrações e dívida, entre outros, a sistematização foi uma inovação do FSM 2007 e possibilitou concretizar campanhas mundiais nos diversos setores de militância social.

Algumas das agendas acordadas neste processo foram levadas à tradicional Assembléia dos Movimentos Sociais do FSM, que ocorreu no final da tarde de quarta e que, mais do que um grande resumo dos debates políticos, este ano também foi o espaço de expressão das duras críticas ao aspecto mercantilista deste Fórum.

Fotos: Maurício Hashizume



As críticas dos movimentos aos organizadores locais do FSM se centraram principalmente no caráter excludente do evento a "portas fechadas", na forte presença de policiais armados, no financiamento privado da empresa de telefonia Celtel e no funcionamento de um restaurante do clube de golfe Windsor no espaço do Fórum, pertencente ao ministro de assuntos internos que teria sido colaborador ("foi torturador", acusou um queniano) do regime colonial inglês.

Um detalhe: a revolta com o restaurante, que já tinha sido expressa anteriormente através de manifestações e protestos, esquentou no último dia, quando um grupo de jovens quenianos invadiu e destruiu o local e distribuiu comida para todo mundo. "Ao menos um dia no FSM nós pudemos comer", festejou um manifestante.

O grande problema deste Fórum, porém, foi mesmo a exclusão dos que não podiam pagar a taxa de inscrição, acusaram os ativistas. "O FSM deveria ser um espaço aberto", afirma a declaração da Assembléia dos Movimentos Sociais, mas o que se viu, continua o texto, foi militarização, capitalização e privatização. Também a presença no FSM de organizações religiosas que criticaram abertamente bandeiras do movimento feminista e da diversidade sexual, foi considerada uma violação da Carta de Princípio do FSM.

Um dos depoimentos mais contundentes na Assembléia, que reuniu cerca de 5 mil pessoas, foi o de uma das coordenadoras de um evento paralelo, o Fórum Social dos Pobres, realizado pela organização Peoples Parliament no centro de Nairobi. "O FSM trouxe o mundo a mim. O melhor do mundo. Conheci aqui muitas pessoas que acreditam no que nós acreditamos. Mas não é justo ter um FSM no Quênia, e a grande maioria das pessoas que estão nesta assembléia não ser queniana. Somos pobres materialmente, mas acreditamos ter muito o que dar ao processo FSM", afirmou.

A própria dificuldade de realizar a Assembléia dos Movimentos, que todos os anos fecha o FSM mas que, nesta edição, não foi sequer incluída na programação, foi outro fator de irritação dos movimentos com os organizadores locais. Apenas na noite de terça, e por força da intervenção da secretaria brasileira do Fórum, os organizadores quenianos cederam o espaço para a reunião, afirmou um ativista brasileiro.

Agendas

Independente das críticas feitas a ele, este FSM foi bastante produtivo em termos de articulações concretas. Atendida pelo Conselho Internacional do Fórum, a velha reivindicação dos movimentos sociais, de que o FSM seja bi-anual para diminuir o peso dos altos custos de viagem, criou um novo desafio para o movimento altermundista: como não deixar janeiro de 2008 passar em branco. A sugestão foi que, durante dois dias neste mês – a serem definidos a posteriori

Outras datas de mobilização internacional sugeridas foram o dia **19 de março**, quando devem ocorrer grandes manifestações contra a guerra em “comemoração” ao aniversário de quatro anos da invasão do Iraque pelos EUA, e o **8 de junho**, quando acontece a reunião do G 8 (grupo dos oito países mais ricos) em Rostock, na Alemanha.

-, no mundo todo ocorram atividades simultâneas sobre as principais temáticas do FSM. Isto independente dos Fóruns Sociais Regionais que ocorrerão em 2008, como o Fórum Social das Américas, programado para a Guatemala.

Na manifestação de março, a assembléia final dos movimentos anti-guerra propôs que se demandasse a retirada imediata das tropas de ocupação do Iraque e do Afeganistão, compensações pelos danos causados e justiça ao povo iraquiano, controle iraquiano sobre o seu petróleo, e fechamento das bases militares americanas no Oriente Médio. Verena Glass - Carta Maior 25

Trabalho Decente na Copa 2010

Sindicatos usarão Copa-2010 para defender 'trabalho decente'

Entidades sul-africanas temem que preparação do evento traga super exploração dos trabalhadores por parte de transnacionais, num país de acentuadas desigualdades sociais.



Grandes acontecimentos esportivos, como Copas do Mundo e Olimpíadas, costumam deixar marcas profundas nas cidades que os realizam. Para receber esportistas, turistas e jornalistas estrangeiros, são necessários, além de grandes complexos esportivos, obras de infra-estrutura em aeroportos, transporte público, hotelaria e lazer. A África do Sul, o primeiro país do continente a organizar uma Copa do Mundo, em 2010, estima investimentos de US\$ 2 bilhões para tornar suas cidades viáveis a receber os jogos da competição.

O início das obras está marcado para este mês e deve envolver milhares de operários em todo o país, sobretudo do setor da construção civil. Será um motivo de alegria para muitos que conseguirão emprego, mas também causa de preocupação para os sindicatos. O principal receio é o de que as empresas contratadas pelo governo sul-africano usem contratos precários, temporários e sem proteção social em suas plantas, de forma a maximizarem seus lucros em prejuízo do trabalhador.

Essa questão foi discutida nesta terça-feira (23) em um seminário do Fórum Social Mundial, realizado no Quênia. Representantes de sindicatos de diversos países, inclusive da África do Sul, aprovaram um memorando com uma série de reivindicações dos trabalhadores para ser entregue à Fifa. Um representante da Federação Queniana de Futebol, que acompanhava o evento, recebeu o documento e comprometeu-se a encaminhá-lo à Fifa.

Entidades vigilantes

“A Copa do Mundo de 2010 será um momento importante para a classe trabalhadora. Se ela não se preparar, se os sindicatos não ficarem vigilantes, nós poderemos ver de perto a brutalidade da exploração”, alertou Crosby Moni, da União Nacional dos Mineiros da África do Sul. Segundo ele, a idéia é que o caso sirva de paradigma e ajude a impulsionar a agenda do “Trabalho Decente”, mantida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com sindicatos de todo o mundo.

Essa agenda defende a promoção de emprego, tanto assalariado como por conta própria, com proteção social, com respeito aos princípios fundamentais e direitos no trabalho e com diálogo social. Esses princípios têm sido seguidos pela OIT ao prestar assessoria a governos e outros parceiros, além de serem usados pelos sindicatos para contrapor a agenda neoliberal a favor da desregulamentação trabalhista.



Lido em voz alta no seminário, o memorando alerta que os sindicatos estão preocupados com a situação trabalhista dos operários, e pedem que a Fifa e o Comitê Organizador da Copa assumam responsabilidades. O texto defende ainda a abertura de diálogo entre a Fifa e sindicatos; que os comitês locais de trabalho tenham voz junto aos organizadores; apuração de possíveis acidentes; garantias de proteção social para os trabalhadores; o compromisso de que a geração de empregos será maximizada para jovens e mulheres; e que programas de capacitação sejam implementados.

Os sul-africanos contarão com apoio de sindicatos europeus para chegarem à Fifa. Vania Allewa, responsável pelo Departamento de Migração do sindicato Unia, da Suíça, país onde fica a sede da Fifa, prometeu apoio. “É importante que a campanha tenha uma orientação política, sobre a Fifa, que lucra muito com o marketing do futebol e tem de comprometer-se com os direitos dos trabalhadores. Não podemos aceitar que esse lucro seja obtido às custas dos trabalhadores”, disse.

Vania prometeu levar aos sul-africanos a experiência que teve ao mobilizar os trabalhadores envolvidos na Eurocopa-2008, o torneio europeu de seleções, a ser realizado na Suíça e Áustria. Segundo ela, a competição serviu de gancho para que os sindicatos suíços fizessem uma campanha pelo aumento dos salários dos trabalhadores. “Podemos ajudar os trabalhadores sul-africanos mostrando como mobilizamos os trabalhadores em cada obra, como defender a legislação e os direitos dos imigrantes”, afirmou Vania.

Para Anita Normark, secretária geral do BWI holandês, é fundamental ter influência nos governos para que o processo de construção seja justo e as companhias sigam as regras. A Copa do Mundo, diz ela, será a oportunidade para que muitos jovens consigam emprego, mas é fundamental que os efeitos positivos não cheguem ao fim, após a última partida da competição. “As condições têm de ser sustentáveis”, defende Anita. Nesse caso, o BWI também prometeu colaborar.

Internacionalismo

O desafio, assumido no Fórum Social Mundial pelos líderes sindicais, é o de criar uma nova forma de “internacionalismo”. Nesse aspecto, o encontro no Quênia tem servido para aproximar as entidades de trabalhadores. Na prática, ocorre aqui o primeiro grande encontro da Confederação Sindical Internacional (CSI), formada pela fusão de duas outras, a Ciols e a CMT, em novembro do ano passado, e que reúne as duas maiores centrais brasileiras, a CUT e a Força Sindical. A união das organizações de trabalhadores de diversos países só não é completa porque um grupo delas ainda se reúne na Federação Sindical Mundial (FSM), cuja origem está nos antigos partidos comunistas.

A questão do internacionalismo ganha mais importância na medida em que a globalização abre caminho para a expansão das transnacionais pelo mundo. Esse tema também foi discutido num dos painéis do Fórum Social desta terça-feira (23). Em debate com sindicalistas europeus, **João Felício, secretário-executivo da CUT**, avaliou que o comportamento das transnacionais na América do Sul, “em geral de poucos compromissos com os trabalhadores”, não deve ser visto como um problema apenas sul-americano, mas também dos europeus, porque ela deixou de gerar novos postos em seu país de origem.

“É preciso mais parcerias entre os sindicatos de cada país, para analisar e estabelecer ações de luta. As empresas costumam deslocar-se para onde a resistência sindical é menor, e assim pagar salários menores”, disse Felício. Se a luta sindical internacionalizar-se mais, sua expectativa é a de que os benefícios obtidos por trabalhadores de países desenvolvidos sejam massificados. Um exemplo seria a participação dos trabalhadores no conselho de administração de transnacionais instaladas, o que, segundo o secretário-geral da CUT, já é possível em outros países, mas não no Brasil. (Marcel Gomes) (*Carta Maior*, 24.01.2007)

Mudanças no FMI e Banco Mundial

Banco Mundial e FMI 'sentem' pressão e mudam modo de atuação

Instituições multilaterais estão sentindo a pressão feita pelas organizações sociais e anunciando mudanças em suas práticas. Muito pouco, porém, para causar qualquer alteração de rumo na cartilha neoliberal, avaliam movimentos sociais.

VII Fórum Social Mundial 2007

A pressão da sociedade civil, aliada a evidente falta de resultados, têm provocado mudanças no modo de atuação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Desde 1999, o início do programa Estratégias de Redução da Pobreza definia, pelos menos no papel, que governos nacionais e organizações da sociedade civil dos países em desenvolvimento teriam mais voz na elaboração dos projetos.

Em 2000, foi criado o programa Análise de Impacto sobre Pobreza (PSIA, sigla em inglês), que serviria para analisar os efeitos das políticas de reforma, por exemplo avaliando questões macroeconômicas e ambientais. Os dados ajudariam a redirecionar projetos e orientar a formulação dos próximos a serem implantados. Anos depois, porém, esses programas acumulam mais fracassos do que sucessos.

É o que aponta um estudo da pesquisadora Lucy Hayes, apoiado por quatro organizações da sociedade civil (Eurodad, Save the Children, Christian Aid e Trócaire). Ela analisou os resultados encontrados pela PSIA em Gana (reforma do setor elétrico), Nicarágua (fiscal, educacional e comercial), Mali (cotonicultura) e Vietnã (acesso à Organização Mundial do Comércio), além de ter entrevistado 65 ativistas sociais e 25 funcionários do Banco Mundial e do FMI.

A conclusão de Lucy é que a PSIA ignorou situações de estagnação econômica gerados pelos programas de ajuste do FMI, que, por sinal, dispensou pouco investimentos para fazer a análise sobre pobreza. Já o Banco Mundial alocou mais recursos na PSIA, mas seus efeitos práticos no redirecionamento de políticas também foi pífiio. A pesquisadora também descobriu que importantes organizações sociais de cada país sequer foram ouvidas na elaboração da análise, o que fazia parte das regras.

Este caso demonstra que o Banco Mundial e o FMI estão "sentindo" a pressão feita pelas organizações sociais e anunciando mudanças em suas práticas. Muito pouco, porém, para causar qualquer alteração de rumo na cartilha neoliberal que é seguida por aquelas instituições desde os anos 90. Aqui do Fórum Social Mundial do Quênia, um dos temas que ganharam mais destaque nas meses de debate foi a reforma do sistema de instituições internacionais.

Transnacionais

"Muitos países dependem de fundos do Banco Mundial e do FMI para sobreviver. Para continuar a receber recursos, países da América Latina, da África e da Ásia foram obrigados a mudar suas políticas nacionais", diz o ganense Charles Abugre, coordenador de políticas da Christian Aid, uma das entidades que financiaram a pesquisa sobre a PSIA. Ele explica que desde 2001, a grande agenda do Banco Mundial é abrir as portas dos países para os investimentos privados, sobretudo transnacionais.

Entretanto, anos após o início de programas de reforma, os resultados, se não são nada animadores do ponto de vista do cidadão, são ainda piores para o trabalhador. Casos exemplares foram relatados em seminários ao longo do Fórum Social. Um representante da Confederação dos Trabalhadores do Marrocos disse que a privatização da empresa de telefonia nacional derrubou o número de empregados de 13 mil para 10 mil, e os novos trabalhadores são admitidos sob contratos temporários.

Nos grandes hotéis de turismo instalados no país, muitos controlados por transnacionais, 80% dos funcionários fazem parte de programas de estágio, e após um ou dois anos deixam a empresa, disse ele. Sem o vínculo empregatício, não podem se filiar a sindicatos. Setores como eletricidade e água e saneamento também estão nas mãos de multinacionais. "Com elas no país, houve redução de direitos, de benefícios e de salários", afirmou o marroquino.

No Peru, o Programa Laboral de Desenvolvimento (Plades) realizou um estudo sobre as 20 principais transnacionais no país e descobriu que as condições para os trabalhadores pioraram. Segundo Juan Carlos Vargas, do Plades, 19 delas disseram manter práticas de responsabilidade social, mas, apesar disso, seu comportamento não se distingue de outras empresas comuns. "No período de um ano que realizamos o estudo, 22 dirigentes sindicais foram despedidos, sendo cinco deles secretários-executivos de sindicatos", disse Vargas.

A situação não é diferente na Colômbia. José Luciano Sanín Vásquez, diretor geral da Escola Nacional Sindical, diz que as transnacionais muitas vezes lutam pela eliminação de sindicatos, usando meios legais e violentos. “Foi o caso da Bavaria, da fabricante de carros da Renault e da empresa nacional de telecomunicações”, afirmou. O objetivo, acredita, é entregar as empresas aos estrangeiros sem sindicatos e sem convenções coletivas. Atualmente, a sindicalização nas transnacionais instaladas na Colômbia é de 2% dos trabalhadores, enquanto a média nacional é de 4%. Esse número já chegou a 12% e caiu por causa da violência.

Campanhas

Para mudar esse cenário, ativistas presente no Fórum prescrevem que é preciso reduzir a forças dos países ricos e de suas empresas no Banco Mundial e no FMI, abrindo mais espaço para a sociedade civil. Esta é a proposta de projetos de reforma defendidos por campanhas como www.reformcampaign.net e www.reformtheun.org. “Os Estados ricos dominam as instituições financeiras multinacionais, que em vez de implantarem políticas definidas pela ONU, executam políticas neoliberais que têm criado tensões no mundo”, afirma o catalão Joseph Xercavins, coordenador do Ubuntu – Fórum Mundial Rede da Sociedade Civil.

Segundo Catherine Mussuva, da ONG Global Transparency Initiative (GTI), um ponto fundamental da reforma é que aquelas instituições sejam mais transparentes e dêem mais informações sobre seus programas a governos e cidadãos. “A informação é um direito do homem. E é a participação dos cidadãos que pode oxigenar a democracia que existe hoje”, diz ela. Joseph Xercavins concorda: “Os Estados já não são os únicos atores políticos. Movimentos sociais e autoridades locais têm de ser suas vozes ouvidas”. (Marcel Gomes) (*Carta Maior*, 25.01.2007)

Brasil e África

Relações solidárias podem estabelecer uma nova lógica global

Na opinião dos participantes do FSM, a aproximação do Brasil dos países africanos deve ir além dos objetivos econômicos e políticos. Precisa levar em conta os aspectos históricos e culturais e reconhecer o papel que o continente tem a cumprir no desenvolvimento mundial.



Em seus quatro primeiros anos de governo, o presidente Lula esteve seis vezes na África. Visitou 17 países, mais do que qualquer outro chefe de Estado brasileiro. Dessas visitas, resultaram negócios, parcerias e projetos de cooperação. Em função dessas visitas, o Brasil firmou acordos bilaterais com Moçambique, Senegal e Cabo-Verde. Cinco outros estão em fase de conclusão, não apenas com países individualmente mas com blocos econômicos ou políticos, como a Comissão de Países de Língua Portuguesa. Na pauta desses debates, uma extensa agenda, que vai do combate à fome e exclusão social ao enfrentamento à aids.

No campo da educação, as ações em conjunto são extensas. Com Guiné-Bissau, o Brasil desenvolve um programa de formação local de professores. De acordo com o Ministério da Educação do país, a elite intelectual de Guiné-Bissau é formada no exterior, em locais de realidade muito diversa, o que dificulta sensivelmente seu trabalho posterior nas escolas africanas. Com São Tomé e Príncipe, há um projeto de ensino à distância semi-presencial. O Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação também realiza com a África missões de transferência de tecnologia para programas de alimentação escolar, centrais num continente em que a fome é um dos maiores obstáculos a se superar.

Muito pouca informação sobre esses projetos, no entanto, chega ao conhecimento da população brasileira e também dos países africanos. A própria lógica de se investir nas relações com a África é mal entendida pelos brasileiros – sobretudo em função da abordagem dada pela grande mídia às viagens oficiais de Lula.

“As notícias veiculadas na imprensa retratam uma África tribal, não civilizada, a espera de que alguém a salve. A África que conhecemos hoje, no entanto, não é a tribal que preconceituosamente fomos educados a ver. Ela oferece componentes importantes para a construção de um pensamento político. É um continente múltiplo, 55 países, em condições bastante diferenciadas. É desta forma que temos que olhar nossas relações com o continente”, avalia a ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Nesta segunda-feira (22), ela esteve presente à sétima edição do Fórum Social Mundial, para debater as perspectivas desta aproximação do Brasil com os países africanos. “Para o Brasil fazer parte deste processo de reestruturação e redemocratização dos países africanos, temos que voltar na história e entender o que aconteceu”, acredita.

A África, quase na sua totalidade, sofreu processos históricos de expropriação históricos. O custo pago pela transformação de pessoas em mercadoria, que serviu ao acúmulo de capital em muitos países – entre eles, o Brasil – foi pago com milhões de vidas africanas. Muito se perdeu em riquezas materiais e de conhecimento. Tanto que até hoje há uma busca no continente pela absorção de saberes de fora. No entanto, boa parte dos processos de libertação política e cultural africana se deu através de estratégias internas, num movimento contrário ao colonizativo.

Considerar este cenário parece, portanto, essencial para se compreender porque o Brasil tem realizado um esforço para mudar sua relação com a África. É uma questão que vai além dos



retornos econômicos, cobrados para se justificar qualquer passo em termos de política externa. Na opinião do governo brasileiro, seria uma questão de justiça histórica, de diálogo com nossas raízes, de compreensão das conseqüências geradas no Brasil por 400 anos de escravidão e também de aprendizado.

“É preciso pensar a África como sujeito e não como objeto, como pólo que tem como contribuir, no Brasil, com nosso conceito de desenvolvimento. Como sujeito político e não como retaguarda de uma suposta vanguarda. O debate é como refazer o caminho com outra lógica, de reconstrução dessa relação, que não se reduza aos interesses econômicos”, afirma a vereadora de Salvador

pelo PC do B, Olívia Santana. “Se queremos acumular forças para enfrentar a hegemonia da dominação norte-americana e de nações européias, que impõem seu poder de capital, é preciso estabelecer uma nova lógica de relações políticas. Daí a importância da aproximação do Brasil com a África para se estabelecer uma nova lógica global”, completa.

Desafios

A aproximação do Brasil com os países africanos nesta nova lógica não é um trabalho simples. Em primeiro lugar, há um grande desconhecimento – seja dos governos, seja da população – da realidade do continente e das especificidades de cada país. O mesmo vale no caminho inverso. Muito do que os africanos sabem do Brasil é o que chega através de dois grandes canais de televisão transmitidos internacionalmente.

“Não consigo compreender. Como se fala em igualdade racial no Brasil se, nas novelas, os negros não ocupam nenhum papel preponderante? Há um contraste total, alguma coisa está errada”, questionou o moçambicano Rômulo Ventura, que participou do debate. “Em Angola, a imagem que se tem do Brasil, além do que passa na TV, é a passada por grandes empresas como a Odebrecht. Temos que ter cuidado então para não ser uma imagem colonizadora”, contou um brasileiro que vive no país.

Outro obstáculo é a forma como as políticas sociais são construídas. Enquanto no Brasil o contingente de descendentes africanos é obrigado a se defender de uma política que os exclui, nos países africanos há uma hegemonia negra e os desafios são outros. As conexões políticas têm sido feitas, então, em torno da defesa dos direitos humanos, da igualdade de gênero e do combate à exclusão social, não tendo, portanto, igualdade racial como carro chefe.

“Além disso, a elite brasileira é classista e racista. A classe dominante do Brasil concebe as relações internacionais numa lógica de subordinação. Por isso a política de Lula desperta tanta crítica da elite e dos meios de comunicação”, acredita José Reinaldo Lopes, secretário de relações internacionais do PCdoB, que está em Nairóbi.

O combate a essa visão é justamente o resultado esperado da presença e ativa participação dos brasileiros neste Fórum Social Mundial. Daqui podem surgir iniciativas e articulações de cooperação também no campo da sociedade civil, como a realizada pelo Sindicato dos Professores do Norte de Portugal, que criou um departamento de Educação para o Desenvolvimento, responsável por parcerias com sindicatos de outros países de língua portuguesa. “Não devemos nos sentir satisfeitos com os esforços institucionais feitos por nossos governos para ampliarem nossas relações com a África”, acredita o sindicalista português Henrique Borges. Se a realização no Fórum no Quênia contribuir para romper, no Brasil, com a idéia ainda de muitos de que a África é um continente atrasado, uniforme, sem futuro e se mostrar um espaço para avançar qualitativamente nas relações brasileiras com esses tantos países, essa aproximação solidária e efetiva de nossas raízes pode se tornar bastante próxima. (Bia Barbosa) (*Carta Maior*, 23.01.2007)

Airbus/EADS teme perda de empregos

Comitê de funcionários da Airbus teme corte de até 8 mil empregos na Alemanha

O comitê de funcionários da Airbus teme que a direção da companhia corte entre 5 mil e 8 mil empregos nas sete fábricas da Alemanha e os transfira para outros países.

Um porta-voz da Airbus, no entanto, disse que essa informação é "mera especulação" e que "a empresa ainda não decidiu quantos postos de trabalho podem ser afetados pelo programa de economia Power 8".

Ele acrescentou que, no final de fevereiro, o presidente da Airbus, Louis Gallois, anunciará em Toulouse, na França, os detalhes do programa de reestruturação, sobre o qual se especula muito há meses.

O comitê de funcionários da Airbus em Hamburgo, no norte da Alemanha, havia afirmado que as fábricas na Alemanha estão ameaçadas por um corte maciço de postos de trabalho.

Na fábrica de Hamburgo, a maior na Alemanha, podem ser cortados até 4 mil empregos, segundo os cálculos dos representantes dos trabalhadores, que convocaram manifestações em quatro centrais de produção alemãs para a próxima sexta-feira.

A Airbus, que tem cerca de 23 mil funcionários na Alemanha e outros 6.300 empregados temporários, sofreu grandes perdas com o atraso na construção do avião gigante A-380. Esse atraso levou a matriz, o consórcio aeroespacial e de defesa europeu EADS, a uma crise e a fazer mudanças na cúpula de direção da Airbus.

No início de outubro, o então presidente da Airbus Christian Streiff renunciou e foi substituído por Gallois, que conserva o cargo de co-presidente executivo do EADS. (Efe, em Frankfurt) *(Folha Online, 31.01.2007)*

Renault adota trabalho à distância

Funcionários administrativos vão poder prestar serviços de casa

Um acordo celebrado entre a direção da Renault, a maior montadora de automóveis da França, e quatro sindicatos de trabalhadores tornou a empresa a primeira multinacional do país a adotar o trabalho à distância - o teletrabalho - como política de recursos humanos.

Até o fim de 2008, entre 700 e 800 engenheiros, técnicos e funcionários administrativos deverão exercer suas funções em casa, mantendo contato constante com sua sede via telefone e internet de alta velocidade.

O projeto de teletrabalho na Renault vinha sendo discutido com as quatro associações desde julho de 2005, por iniciativa do presidente da empresa, o brasileiro Carlos Ghosn. Os quadros serão escolhidos entre voluntários que não exercerem atividades cuja presença seja essencial na avaliação de seus superiores hierárquicos, como profissionais de contabilidade, marketing e recursos humanos. Eles trabalharão entre dois a quatro dias por semana em casa, com suporte técnico (computadores portáteis, conexões e softwares necessários) fornecido pela empresa.

Em pelo menos um dia da semana, a frequência será exigida. A cláusula foi imposta pelos sindicatos e visa a reforçar os vínculos do funcionário com colegas e a empresa. O acordo dispensa o funcionário de cumprir horários, com exceção de duas a três horas diárias de conferências telefônicas ou por internet, em períodos a serem definidos entre chefes e subordinados.

O objetivo da medida, segundo a Renault, é dar início à reorganização do trabalho na empresa, permitindo aos empregados conciliar as vidas profissional e privada, o que se traduziria por maior competitividade da empresa. O modelo previsto tem como pano de fundo a experiência com 400 funcionários da sede da empresa em Bologne-Billancourt, nos arredores de Paris, e da Nissan, companhia associada à Renault e também dirigida por Ghosn, nos EUA e no Japão.

A medida beneficia em especial os funcionários da Renault SAS, coração administrativo do grupo, com 44 mil trabalhadores. Desses, 28 mil moram próximos à capital francesa.

DEMISSÕES

O acordo não prevê corte nos empregos. O principal temor dos sindicalistas, a possibilidade de demissões, foi descartado no acordo. Fred Dijoix, delegado sindical na Renault pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), uma das duas maiores associações do país, endossou a segurança do acordo.

"Prevemos uma cláusula que garantirá a reversibilidade da escolha. Além disso, asseguramos a conexão do trabalhador com seu ambiente, até para evitar perdas em disciplina e vínculos com os demais trabalhadores."

Segundo Dijoix, a Renault se comprometeu a não estimular seus funcionários a escolher o teletrabalho por meio de abonos financeiros. Andrei Netto, PARIS, ESPECIAL PARA O ESTADO

Embora comum na Europa, o trabalho à distância é uma tendência pouco difundida entre grandes corporações na França. Segundo a European Trade Union Confederation, 7% dos franceses realizam suas atividades profissionais em casa, abaixo da média do continente, estimada em 13%. (*O Estado de S.Paulo, 30.01.2007*)

Sindicatos para empresas estrangeiras na China

Objetivo é fazer com que 80% de empresas de Cantão sindicalizem-se

Pequim obrigará todas as companhias estrangeiras em Cantão a criar sindicatos antes do fim do ano, com o que espera conseguir mais de um milhão de novos filiados, publicou nesta segunda-feira o jornal South China Morning Post.

A Federação de Sindicatos de Toda a China, dependente do Partido Comunista e que tem o monopólio do sindicato no país asiático, fixou como objetivo fazer com que 80% das cerca de 300 mil empresas de investimento estrangeiro em Cantão tenham uniões de trabalhadores em 2007.

Além disso, esperam conseguir que 60% das companhias privadas na província façam o mesmo. Segundo o sindicato único, a província sulina de Cantão, que monopoliza a manufatura fabricada na China, abriga mais de 17 milhões de trabalhadores imigrantes (um terço do total do país).

Com cerca de 70% de sua indústria está nas mãos do setor privado e as violações dos direitos dos trabalhadores são freqüentes, denunciou a Federação, que não permite aos operários organizar sindicatos ou grupos negociadores fora de sua órbita.

"O objetivo é promover o desenvolvimento corporativo protegendo os direitos básicos dos trabalhadores, que assim estarão mais motivados para trabalhar para suas companhias", afirmou Tang Weiyang, presidente do em Cantão do sindicato.

No entanto, muitos analistas consideram que por trás desta preocupação com o bem-estar dos trabalhadores se esconde o interesse de Pequim em ter um mecanismo de pressão e influência dentro das companhias estrangeiras, queda-de-braço que finalmente ganhou no ano passado da gigante americana Wal-Mart.

A cadeia de hipermercados, que nos Estados Unidos impede seus empregados de sindicalizarem-se, teve que ceder e criar uniões de trabalhadores em vários de seus estabelecimentos em 2006. (EFE) (*O Estado de S.Paulo, 30.01.2007*)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Valter Sanches

internacional@cnmcut.org

<http://www.cnmcut.org.br>